



O VALOR DO REAL: AS REGRAS ELEITORAIS E DE FINANCIAMENTO NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

BANG FOR THE BUCK: BRAZIL'S ELECTORAL AND POLITICAL FINANCING RULES FROM A GENDERED PERSPECTIVE

EL VALOR DEL DINERO: LAS REGLAS ELECTORALES Y DE FINANCIAMIENTO DE BRASIL EN UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO

Larissa Peixoto Gomes¹

Resumo: O artigo discute gênero e financiamento de campanha, usando o Brasil para exemplificar como estes fatores, combinados com o sistema eleitoral, afetam o sucesso de mulheres nas eleições. Brasil é um bom caso por combinar um sistema proporcional de lista aberta, federalismo e distritos grandes, resultando em muitas candidaturas de natureza individualista. Dados de eleições estaduais e federais (2002-2018) foram coletados e analisados, com a introdução de uma nova medida, gasto por voto. Os resultados mostram que mulheres não se beneficiam como homens de uma vantagem em reeleição e que financiamento é mais bem distribuído entre eles, deixando algumas mulheres-elite como prováveis vencedoras. De modo geral, mulheres eleitas gastam 22% a mais por voto que homens eleitos na trajetória para a eleição. Isto explica em parte, junto com outros fatores analisados no artigo, a grande diferença de gênero na representação política brasileira.

Palavra-chave: Financiamento de campanha; Gênero; Sistema eleitoral; Eleição estadual; Eleição federal

Abstract: The following paper discusses gender and campaign financing, using the Brazilian case as to demonstrate how these factors, combined with the electoral system, affect women's success in elections. Brazil is a strong example because it uses a proportional representation system with open list, federalism, and large district magnitudes. This results in a large number of individualistic campaigns. Data from state and federal elections (2002-2018) was collected and analysed, with the introduction of a new measure, amount spent per vote. The results show that women do not benefit as much as men from an incumbent bump, and that funding is better distributed among men, leaving a few elite women as likely winners. Overall, elected women spend 22% more than elected men per vote on their path to office. This partly explains, along with the other factors analysed throughout the paper, the gender gap in Brazilian political representation.

Keywords: Campaign financing; Gender; Electoral system; State election; Federal election

Resumen: Este artículo analiza género y financiamiento de campañas, utilizando a Brasil para ejemplificar cómo estos factores, combinados con el sistema electoral, afectan el éxito de las candidatas en las elecciones. Brasil es un buen caso porque combina un sistema proporcional de lista abierta, federalismo y grandes distritos, lo que resulta en muchas candidaturas de carácter individualista. Los datos electorales estatales y federales (2002-2018) fueron recopilados y analizados y una nueva medida creada: gasto por voto. Los resultados muestran que las mujeres no se benefician como los hombres de la ventaja de reelección y que la financiación se distribuye peor entre ellas, dejando a algunas mujeres de élite como ganadoras probables. En general, las mujeres electas gastan un 22% más por voto que los hombres electos en el camino hacia la elección. Esto explica en parte, junto a otros factores analizados en el artículo, la gran brecha de género de la representación política en Brasil.

¹ Wales Centre for Public Policy, Cardiff University; Institute for Globally Distributed Open Research and Education (IGDORE).

O autor gostaria de agradecer Rainbow Murray, Ragnhild Muriaas, Vibeke Wang, Fiona Buckley, Erin Burrell, William Rolls, Laura Colpachi, Gareth Davies e os revisores anônimos, pela sua inestimável contribuição. Todos os erros são, é claro, de minha inteira responsabilidade.

Palabras clave: Financiamento de campanhas; Género; Sistema electoral; Elección estadual; Elección federal

1 Introdução

O foco numa concepção liberal de igualdade na maior parte das democracias representativas significou que alcançar o sufrágio universal foi visto como suficiente para garantir a igualdade política para as mulheres. A pequena presença das mulheres em muitas legislaturas nacionais e locais tem sido justificada por estereótipos de gênero que concluem que as mulheres, simplesmente, não gostam nem querem estar na política (ARAÚJO, 2006; HAWKESWORTH, 2005; LOVENDUSKI, 1998; NELSON, 1989; NORRIS, LOVENDUSKI, 1995; TOLLESON-RINEHART, CARROLL, 2006; WAYLEN 2015). Porém, pesquisas mostram que as mulheres querem participar da política institucional, mas que enfrentam obstáculos adicionais. Esses vão além da formalidade de não serem capazes de votar ou de ser votadas (ARAÚJO, 2010; BJARNEGÅRD, KENNY, 2015; GOMES, 2012; LAWLESS, FOX, 2010; MURRAY, 2010).

Por exemplo, mulheres normalmente são percebidas como “*outsiders*” (PUWAR, 2008; MURRAY, 2010). Isso provém do seu status literal de pessoas que estavam do lado de fora, bem como da sua falta de socialização na política. O status de *outsider* resulta em menos habilidades e consciência de “como as coisas são feitas”, inclusive nos seus partidos escolhidos, ao realizar campanhas e legislaturas, quando as mulheres sentem falta das conexões de rede necessárias para obter esse conhecimento. Redes limitadas tornam-se um problema maior quando mulheres lutam por acesso a redes de doação para financiar suas campanhas, bem como a elites partidárias para reforçar o seu valor como uma candidata. Muitas mulheres entram para a política institucional como um meio para um fim, provavelmente já sendo ativa na política e vendo a política institucional como uma maneira de promover suas ações (ARAÚJO, 2010). Homens, por outro lado, veem a política como um fim por si só. Consequentemente, os homens treinam e se preparam para um mundo em que a política é o objetivo. Isso resulta numa divisão política na qual a política é desenvolvida e definida por homens e estereótipos masculinos (GOMES, 2019) e garantida por suas redes e capital homossocial (BJARNEGÅRD, 2013). Elites partidárias valorizam tradição e lealdade, elementos centrais que mulheres tendem a sentir falta, uma vez que esses historicamente não constituem parte da política institucional. Isso é ainda mais reforçado quando as mulheres se afastam completamente da política, em função das suas outras responsabilidades de cuidado e trabalho que as impedem totalmente de participar, de se dedicar exclusivamente à política (MURRAY, 2015). Mesmo quando são totalmente comprometidas, é um ato de equilíbrio entre o estereótipo da “mãe e esposa dedicada” que, talvez, não devesse estar na política e a “mulher masculinizada” que assume muitos traços masculinos para ser considerada aceitável (BLIGH et al., 2012; DOVI, 2018; PRENTICE, CARRANZA, 2006).

A pesquisa de Folke e Rickne (2016) revelou que em situações de alta competitividade, os partidos voltar-se-ão para os seus candidatos mais competentes, o que reforça a ideia do masculino

como a norma, mas diminui a desvantagem das mulheres de serem escolhidas para reeleição ou altos cargos. Porém, em situações que a competitividade é baixa, os partidos contarão com relações internas, excluindo as mulheres das melhores colocações nas listas de eleições e altos cargos. Apesar de uma análise de competência favorecer mulheres na Suécia, outros contextos podem divergir. Competência pode ser associada à masculinidade ou tradições masculinas, como networking. Os autores destacam que as mulheres tendem a ver competência individual como mais importante que conexões em contextos de alta competição e que são tão competitivas como os homens. Enquanto isso, homens acreditam que mulheres não avançam em função da falta de competência, apesar da idade similar e dos níveis educacionais bem estabelecidos mais altos das mulheres. Similarmente, Durose et al. (2012) concluiu que há um nível de “aceitabilidade” da diversidade, em que desvio da norma do “homem branco” é aceitável se compensada em outras áreas, como mais experiência, tradição familiar, etc.

Enquanto há pesquisas sobre como o gênero e estereótipos de gênero afetam a eleição, redes políticas, elites partidárias e seleção de candidaturas e acesso a cargos, gastos de campanha ainda é uma área incompreendida. Parece que há uma ideia generalizada de que, quando as mulheres chegam ao estágio de candidatas, estarão em condições equitativas às dos homens. Além dessa visão liberal de igualdade, há também a suposição de que sistemas eleitorais determinam de maneira justa como as eleições são estruturadas e como os partidos apoiam seus candidatos. Em geral, países com sistemas majoritários têm somente um candidato por distrito, significando que os partidos **devem** apoiar totalmente seu candidato, apesar da campanha recair sobre os ombros do candidato que sobreviveu ao processo primário. Primárias frequentemente são processos brutais e caros para os candidatos, e os partidos procuram pessoas que possam trazer seus próprios financiamentos (BJARNEGÅRD, KENNY, 2015, MURIAAS et al., 2020). Países com representação proporcional normalmente utilizam listas fechadas, o que significa que partidos fazem campanhas como uma unidade; apesar de o processo de decidir a ordem dessa lista ser bastante diferente em cada país e, normalmente, em cada partido.

O Brasil é um dos poucos países nos quais não há opções de lista fechada, apesar de não ser o único a fazê-lo como regra. Também é de longe o maior país a usar esse sistema, o que torna suas consequências exponencialmente maiores. Isso significa que as campanhas são centradas no candidato, como nos sistemas majoritários, e candidatos do mesmo partido fazem campanha uns contra os outros. Sendo um sistema proporcional, há mais de uma cadeira por distrito; na verdade, o Brasil tem magnitudes distritais (número de cadeiras disponíveis em cada eleição), muito maiores que a maioria dos países. Consequentemente, os eleitores devem dispensar atenção ao alto número de candidaturas para escolher uma pessoa, em vez de escolher entre alguns partidos e seus programas.

Compreendendo esse contexto e observando que mulheres eleitas gastaram mais que os homens por menos votos (GOMES, 2012), o objetivo desse estudo é analisar dados de

financiamento de campanha através das lentes do gênero. O estudo aborda múltiplas eleições (2002-2016) e inclui níveis eleitorais estaduais e federais. O financiamento de campanha tem sido o objetivo de mulheres e feministas na política, bem como organizações interessadas na igualdade de gênero por alguns anos (IDEA, 2014; MURIAAS et al. 2020; ÖHMAN, 2012). Como a presença de mulheres na política estagnou na maioria dos países, apesar da legislação de sufrágio estar em vigor por décadas e cotas de gênero desde os anos 90, a atenção se voltou para outros obstáculos que podem estar interferindo no caminho das mulheres ao cargo eletivo. Apesar de haver vários fatores em jogo, o financiamento, agora, se tornou o centro das atenções, tanto na legislação quanto nos valores literais gastos e em como isso pode equalizado. Nesse sentido, o caso brasileiro torna-se um estudo interessante, considerando o alto número de legislações presentes e a peculiaridade do sistema eleitoral, que nos permite observar um número extremo de candidaturas financiadas individualmente.

2 Embasamento teórico

Seleção do candidato num sistema de lista aberta

Instituições de recrutamento político são complexas, dinâmicas e contraditórias nas maneiras que interagem com os vários estágios do processo (KENNY, 2011). Como existem regras formais e informais contínuas (BJARNEGÅRD, KENNY, 2015), recém-chegados sentem-se perdidos entre as “regras existentes” e as “regras em vigor” e precisam se adaptar às “maneiras que as coisas são feitas” (ASHE et al., 2010; MACKAY, 2014; WAYLEN, 2017). Por exemplo, pesquisas revelam que é comum que regras de igualdade de gênero sejam substituídas por regras parciais e informais do “bom candidato”. Essas inevitavelmente estão de acordo com as normas aceitas do “homem local” e “filho preferido”, com o uso da “lealdade masculina” e “apoio ao homem local” (BJARNEGÅRD, 2013; BUCKLEY, GREGORY, 2020; KENNY, 2011; KENNY, MACKAY, 2011). Outras consideram que o cumprimento de normas diferentes de igualdade de gênero resulta em determinados partidos selecionado e elegendo mais mulheres (ARAÚJO, 2010; ASHE et al., 2010; FOLKE et al., 2015; FREIDENVALL, 2016).

Por outro lado, pesquisas também mostram que as mulheres tendem a ficar no gabinete local, em vez de usar esse como degrau para cargos mais competitivos (ALLEN, 2013; GOULART, GOMES, 2018; MARIANI, 2008; MIGUEL, 2006). É menos provável que mulheres tenha considerado concorrer a um cargo que homens, é menos provável que tenham sido convidadas a concorrer a um cargo, e, como mencionado, enfrentam primárias mais difíceis (ALLEN, CUTTS, 2018; FOX, LAWLESS, 2005; LAWLESS, FOX, 2010; LAWLESS, PEARSON, 2008, MURIAAS et al. 2020). Essencialmente, o caminho para o cargo é pavimentado com obstáculos e barreiras, mas para as mulheres, particularmente mulheres negras, esses são em maior número e exigem manobras mais complexas para passar por eles.

No Brasil, os processos internos dos partidos ainda são pouco conhecidos. A maioria das pesquisas focam em níveis de seleção mais altos para eleições majoritárias (i.e., eleições presidenciais ou para governador) e partidos maiores devido à alta fragmentação dos partidos. Além disso, a pesquisa está focada em níveis mais altos de competição, deixando os processos do partido local pouco estudados. Sem pesquisa, processos de seleção para o legislativo continuam relativamente opacos – especialmente num contexto de baixa competitividade para candidaturas proporcionais, mas de alta competitividade pelo financiamento e apoio simbólico. Considerando quão caras são as eleições, os partidos focam em candidatos que têm uma rede de apoio pré-existente que os financiam e maximizam sua chance de ganhar (ÁLVARES, 2008; ALVES et al., 2012; LEONI et al., 2003; SAMUELS, 2000; WYLIE et al. 2019).

Como mencionado, o sistema eleitoral brasileiro encoraja campanhas altamente individualistas. Isso acaba sendo muito dispendioso, com candidaturas individuais apenas para legislaturas estaduais gastando milhões de Reais (R\$). Cada estado é considerado um distrito, sem outras subdivisões. O Brasil é um sistema federal, com cada entidade federativa sendo comparável e autônoma em relação à outra (União, estado, município). Há 26 estados, mais o Distrito Federal de Brasília. Como a maioria dos estados têm grandes territórios, os candidatos frequentemente escolhem focar nas regiões informais para fazer campanha. A expansão dessa região é, frequentemente, determinada por quanto financiamento eles têm.

Em função do sistema de lista aberta, não há mandatos de posição. As elites dos partidos informalmente escolhem quem vão apoiar e a maioria desse apoio serve para selecionar alguns, reforçando a importância das redes pessoais. Como os candidatos são encorajados a fazer campanha individualmente (GOMES, 2019; SAMUELS, 2000; 2001a; 2001b) e os eleitores são encorajados a votar em indivíduos (CARREIRÃO, 2008; KINZO, 2005), um ciclo de autoperpetuação foi desenvolvido ao longo do tempo pela falta de adesão a partidos e uma cultura política de clientelismo. Consequentemente, o Brasil tem altos níveis de competição intra e interpartidária. Para partidos, com o número mais alto de candidatos possíveis significa um aumento na sua parcela geral de votos e, consequentemente, sua parcela de cadeiras, que então vão para seus candidatos mais votados (NICOLAU, 2006; ÁLVARES, 2008; ALMEIDA, GOMES, 2018).

Durante campanhas legislativas, os partidos brasileiros frequentemente escolhem alguns candidatos privilegiados que serão os cabeças-de-chapa. Esses candidatos atuarão como se fossem os primeiros num sistema de lista fechada – esses tendem a ter mais tempo nas propagandas e recebem mais fundos de campanha, tudo decidido interna e informalmente. Alguns partidos não têm a intenção de eleger alguém além desse indivíduo, frequentemente identificado como o “dono” do partido na cidade ou estado. Esses elegerão outros se obtiverem votos para “dividir”, ou seja, se trouxerem votos suficientes para aumentar a contagem total de votos do partido, mas o objetivo é obter mais votos individuais para o cabeça-de-chapa (SPECK, MANCUSO, 2011; 2014). Esses indivíduos não estarão sem apoio no legislativo, pois haverá coalizões pós-eleição, mas podem ter

que enfrentar disputas internas se mais alguém crescer no partido.

Houve poucas ocasiões em que as mulheres foram selecionadas para a posição de cabeça-de-chapa, consideradas uma contradição aparente (SPECK, SACCHET, 2012a). Porém, isso se enquadra no conceito de “álibi-feminino” (SAFFIOTTI, 2009), ou seja, as poucas mulheres que são indicadas como evidência de igualdade de gênero quando, na verdade, essas representam riqueza, branquitude ou ambos na própria desigualdade de gênero, uma vez que tendem a ser únicas.

Cotas de gênero para candidaturas proporcionais existem para todos os níveis desde 1995. Começando com 20%, em 1997, essas foram aumentadas para 30% e se tornando obrigatórias em 2009. A lei constituiu parte de uma reforma eleitoral que também aumentou o número de candidaturas que cada partido pode apresentar em 50%. Dessa maneira, e bastante estrategicamente, os partidos tinham mais vagas para candidatos para preencher, especificamente 1.5 o número de cadeiras e o dobro para coalizões. Consequentemente, a cota se tornou não 30% de 100%, mas 30% de 150%.

Isso tornou a cota quase nula, mesmo que simbolicamente (ARAÚJO, 2001; ALMEIDA, GOMES, 2018). Não só não causou impacto sobre como os partidos selecionam seus candidatos, mas sinalizaram às candidatas e eleitores que os esforços não atingiram os resultados. Na verdade, a maioria da sociedade brasileira nem sequer sabe sobre as cotas. Magnitudes distritais maiores afetam negativamente as candidatas. Quanto maior o distrito, mais essas ficam perdidas num “mar de candidaturas” (ARAÚJO, ALVES, 2007; ALMEIDA, GOMES, 2018; GOMES, 2015; 2016). Finalmente a falta de apoio e o tratamento diferenciado para favorecer os homens deixa as mulheres para trás, independente da ideologia do partido ou financiamento (GOMES, 2016).

Financiamento e gastos de candidato por gênero

O problema do financiamento de campanha começa com dois fatores principais. Primeiro, as origens do financiamento para o partido e suas campanhas. Segundo, quem divide esses fundos entre os candidatos. Ambos podem ser mais ou menos centralizados e a maioria das pesquisas foca em fontes e regras de financiamento em vez de na sua divisão, provavelmente resultado da falta de transparência e formalidade dessas regras (CASAS-ZAMORA, 2008; GOMES, 2012; IDEA, 2014; SCARROW, 2007; SPECK, 2005). A descentralização do financiamento político pode significar que os partidos sejam menos dependentes de poucas fontes. Outra questão com investimento corporativo de grande escala é um *quid pro quo* que interfere no acesso geral do eleitorado a candidatos e viola a premissa de “uma pessoa, um voto” (CASAS-ZAMORA, 2008; SAMUELS, 2001a). Sem transparência sobre como os partidos dividem seus fundos, somos incapazes de determinar diferenças de gênero e raça na distribuição e somos resignadas à responsabilidade posterior. Muitos países criaram regulamentos que determinam que uma parte do financiamento geral deve ir para aumentar a presença das mulheres na política institucional, embora isso nem

sempre esteja conectado ao financiamento eleitoral (IDEA, 2014; MURIAAS et al. 2020; ÖHMAN, 2012)

Considerando o contexto das campanhas brasileiras como explicado na seção anterior, as eleições são o momento em que os candidatos estão procurando suporte financeiro de qualquer pessoa (ARAÚJO, ALVES, 2007; GOMES, 2012; 2019; MIGUEL, 2003; NICOLAU, 2004; 2006; SAMUELS, 2001a; 2001b). Há pouca união programática na maioria dos partidos brasileiros e, mesmo, aqueles que têm, tendem a apoiar candidaturas legislativas que estão mais propensas a vencer. Esse suporte vem na forma de financiamento, materiais de marketing, acesso a redes de doadores, publicitários e elites do partido e, inclusive, atribuição de tempo durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE, em português) (ARAÚJO, 2006; GOMES, 2012). Uma vez que as mulheres têm rendas menores e menos bens, elas têm uma chance menor de investir em suas próprias campanhas e de garantir esse suporte para a campanha (UN, 2010; GOMES, 2015; 2016; SPECK, SACCHET, 2012b).

A legislação brasileira relativa ao financiamento público dos partidos tem sido objeto de constante discussão. A Lei 13.488/2017 excluiu investimentos corporativos à candidatos ou partidos. Indivíduos estão livres para investir em campanhas, até 10% da sua renda individual anual, incluindo eles próprios. Transferências privadas a candidaturas individuais passam pelas campanhas de cada candidato, em vez de pelo partido. Os candidatos podem transferir essas da sua campanha para campanha de outros. Por exemplo, um candidato a prefeito pode transferir doações a um candidato a vereador; candidatos a legislatura estadual e federal, frequentemente, criam a chamada dobradinha, na qual fazem campanhas juntos. O HGPE também gera resultados confusos, com estudos mostrando que esse é distribuído para promover determinados candidatos (NICOLAU, 2006; CERVI, 2011), enquanto os partidos afirmam que a distribuição é igualitária (GOMES, 2012).

Qualquer partido legalmente registrado recebe financiamento público, o Fundo Especial para Assistência Financeira aos Partidos Políticos. Esse financiamento é para manutenção do partido e é distribuído anualmente. A divisão é:

- 5% dividido igualmente para todos os partidos;
- 95% distribuído proporcionalmente aos percentuais de votos para a Câmara de Deputados na última eleição.

É regulado dessa maneira:

- não mais que 50% pode ser usado para aluguel e salários para o gabinete nacional;
- 60% para os gabinetes estaduais e municipais;
- 20% deve ir para um instituto ou fundação do partido dedicado à pesquisa e qualificação;
- 5% deve ser usado para promover a participação das mulheres na política (isso foi recentemente alterado para garantir que esses fundos passem por um gabinete oficial no partido);

- durante os anos de eleição, alguns desses recursos podem ser usados para fazer campanha, incluindo o percentual destinado às mulheres.

Tendo em mente a proibição de financiamento empresarial, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) também foi criado. Esse é combinado com o restante do “Fundo Partidário” para financiar campanhas. É dividido da seguinte maneira:

- 2% igualmente dividido entre todos os partidos registrados;
- 35% são divididos proporcionalmente de acordo com os percentuais de voto entre partidos que tenham, no mínimo, um membro eleito na Câmara de Deputados;
- 48% é dividido proporcionalmente de acordo com quantos representantes cada partido tem na Câmara;
- 15% é dividido de acordo com quantos senadores cada partido elegeu.

O financiamento público tem sido um grande equalizador no financiamento de campanhas brasileiro (KRAUSE, 2015), uma vez que dá a todos os partidos, independente do tamanho ou ano de registro, uma vantagem inicial. Isso compensa de alguma maneira a disparidade no financiamento privado, que tende a beneficiar os homens. Também equilibra o aspecto proporcional do financiamento público (SPECK, MARCIANO, 2015), que tende a beneficiar partidos mais estabelecidos que já têm seus atores políticos eleitos. O financiamento público é percebido como algo que pode auxiliar as candidaturas femininas, uma vez que cria um regulamento central e equalizado do acesso (MURIAAS et al., 2020).

Em 2018, foi determinado pela Supremo Tribunal Federal que, considerando os 30% de cotas de gênero, os partidos devem gastar 30% dos recursos nas campanhas femininas. Apesar de o espírito de decisão estar de acordo com a cota de gênero para candidaturas proporcionais, isso leva a um aumento nas candidaturas majoritárias de mulheres, especialmente como segunda no comando (como vice-governadoras ou vice-presidentes; houve, de fato, um aumento de 7% nas mulheres sendo colocadas nessas posições entre 2014 e 2018, enquanto o aumento para essas como candidatas principais foi somente 1.5%).

Num ano eleitoral, o relatório de financiamento eleitoral deve ser realizado quatro meses antes e dois meses após a campanha. Candidatos também devem prestar conta de tudo que receberam e gastaram na campanha. Todos os relatórios são públicos, incluindo nome de doadores. Sanções incluem multas, perda de financiamento público, cancelamento do registro do partido e perda de cargo. Apesar do regulamento, é difícil manter observação detalhada de todos os relatórios devido aos processos de arquivamento que são confusos e extensos (SPECK, MANCUSO, 2011). Por exemplo, é comum que candidatos que abandonaram a campanha ou perderam as eleições (especialmente candidatos com pouca probabilidade de vencer ou que recebem poucos votos) parem de relatar suas finanças e deixem de fora os últimos relatórios parciais e/ou relatórios finais. Outro aspecto importante é que quando um candidato transfere sua receita para outros candidatos, esse

valor aparece como receita para os dois, resultando em informe duplicado dos mesmos fundos. Isso acrescenta complexidade ao dinheiro auditado que pode aparecer no relatório de vários candidatos.

O grande número de regulamentos e sanções no Brasil vem parcialmente da tradição política e legal de excesso de legislação e prolixidade (GOMES, 2019; STARLING, SCHWARCZ, 2015). Porém, também vem da desconfiança da população em relação a instituições e representantes (IDEA, 2014). Se uma legislação será prática para os candidatos, partidos e tribunais eleitorais é outra questão totalmente diferente. Samuels (2001a), Casas-Zamora (2008) e IDEA (2014) apontam para o volume de doações empresariais no Brasil e a associação desses recursos com relações impróprias com representantes. Há vários casos de financiamento *backdoor* (conhecido como caixa-dois), influência indevida e candidaturas fraudulentas no Brasil. O alto nível de incerteza leva investidores e candidatos a procurar certeza através do financiamento. A forte ligação entre investimento de campanha e o número de votos mostra que é necessário ter grandes valores para garantir uma campanha (GOMES, 2012; SPECK, SACCHET, 2012b). Por outro lado, o dinheiro não conta toda a história das normas de gênero agindo como obstáculos para candidaturas femininas.

As mulheres enfrentam maiores obstáculos no seu caminho para o sucesso devido à falta de características associadas ao perfil político masculino tradicional. No Brasil, muito foi dito sobre as diferenças femininas e masculinas na vida política e quais são seus caminhos para o cargo político. Os homens são frequentemente preparados (pela família) e se preparam (através da educação formal, carreira e afiliação política) para atingir o status de político eleito. As mulheres, por outro lado, não têm essa conexão anterior, seja através de legado ou objetivo profissional (ARAÚJO, 2010). Enquanto conexões familiares são benéficas para os homens e mulheres no Brasil, os homens geralmente não enfrentam julgamento por isso, uma vez que seu legado é normalmente passado por tradição (ARAÚJO, 2010; MIGUEL, 2003). As carreiras das mulheres, por outro lado, são frequentemente diferenciadas por ideologia, mulheres de direita normalmente se beneficiando das conexões dos seus maridos e mulheres de esquerda não tendo conexões familiares. Isso normalmente se torna uma ruptura entre mulheres, com as mulheres de esquerda não respeitando suas colegas e suas trajetórias (GOMES, 2019).

Essa disparidade geral leva a acesso reduzido aos recursos necessários para alcançar o status de eleito que daria a influência necessária para obter maior financiamento. De acordo com a pesquisa de Speck e Mancuso (2014), dinheiro é mais importante para mulheres que para homens quando se trata de eleições, uma vez que concluíram que os desafios de mulheres candidatas, nas eleições brasileiras de 2010, era maior financiamento de campanha que homens em geral e mulheres incumbentes (com incumbentes masculinos e femininos a nível federal sendo similares em seu estudo). Se candidatas mulheres necessitam de mais fundos, mas não estão em condições de tê-los em mãos ou adquiri-los através de redes políticas, a probabilidade que essas exerçam qualquer cargo é significativamente reduzida.

Outro fator relevante a ser considerado é a forma da estrutura de oportunidade no Brasil. Essa, em geral, corre em ziguezague, do legislativo para o executivo, e local a estadual e federal. Como mencionado, mulheres têm dificuldade de deixar o nível local, particularmente cidades pequenas, onde a competição não é tão forte. Uma indicação adicional é que a mudança e os tempos de viagem também podem atrapalhar suas aspirações (GOMES, 2012).

Esse estudo observa as relações entre financiamentos de campanha e eleição no Brasil, tentando determinar o papel que o dinheiro exerce nas eleições de homens e mulheres. Para fazê-lo, dados abrangendo múltiplas eleições e níveis estaduais e federais foram coletados. Isso é essencial para demonstrar os obstáculos enfrentados por mulheres candidatas, considerando que não apenas mostram mais uma faceta no caminho para o cargo, mas a interação entre fatores.

3 Métodos e dados

Essa seção explica a coleta de dados e do que essa consiste, bem como explica as estatísticas usadas no restante do trabalho. Considerando que a maioria dos estudos nessa área focaram em uma ou duas eleições, há um pouco de natureza explanatória da análise de dados. Porém, há um objetivo final aqui, que é determinar:

- se o gênero causa um impacto no financiamento de campanha
- se o gênero causa um impacto na eleição além do financiamento
- o impacto dos gastos de campanha para mulheres e homens a nível estadual e federal.

Consequentemente, os dados foram explorados para verificar diferenças entre os seguintes grupos: homens eleitos, homens não eleitos, mulheres eleitas e mulheres não eleitas. Bem como estatística descritiva, um modelo de regressão logística multinomial foi realizado para determinar a importância do gênero e finanças, para eleição e reeleição. A ANOVA de uma via foi usada, assim, médias de grupos puderam ser comparadas. Para estatística descritiva, dados brutos de financiamento e voto foram usados; mas para análise estatística, esses foram registrados, considerando sua assimetria.

Os dados vêm do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram baixados entre novembro de 2019 e janeiro de 2020. Há três conjuntos separados: um para dados financeiros, um para resultados das eleições² e um para informações demográficas. Desde 2014, o TSE começou a coletar dados sobre a raça/etnia dos candidatos. Cada candidato recebeu identificadores únicos e teve suas despesas e votos somados; finalmente, os dados foram fundidos. Dados faltantes de gênero dos candidatos foram acrescentados manualmente, observando seus nomes online quando seu gênero não pode ser determinado por nome. Dados de financiamento foram coletados pelo TSE desde 2002, fazendo desse o primeiro ano de análise.

² Resultados das eleições são agregados por zona eleitoral e municípios, sem níveis mais altos.

Devido à natureza complexa das demonstrações financeiras,³ problemas de conformidade e corrupção, dados financeiros eleitorais podem ser considerados uma representação, em vez de verdade absoluta. Os dados foram verificados com tabelas de frequência e observação, bem como reconstrução de conjuntos de dados para garantir a confiabilidade. *Outliers* extremos foram individualmente verificados e corrigidos. Uma vez que candidatos apresentam dois tipos de relatórios – receitas e despesas – esse trabalho foca nas despesas para analisar quanto a campanha realmente custou e para prevenir a reutilização da mesma receita.

Como a Tabela 1 abaixo⁴ mostra, homens e mulheres eleitos não têm despesas relatadas amplamente diferentes, mas o grupo de não eleitos mostra uma grande diferença. A média de votos em ambos os grupos também é muito distinta. Os desvios padrão mostram que homens parecem estar mais próximos nos resultados que as mulheres estão umas das outras. Ou seja, os homens diferem menos um do outro, enquanto as mulheres apresentam maior diferença. Observando através das lentes do apoio do partido e barreiras na garantia de fundos (quando vêm de renda pessoal e bens ou redes de doação), isso indica que homens são mais iguais uns aos outros e um grupo de elite de mulheres está em melhor situação.

³ Até 2010, os dados eram compostos de um arquivo *csv* simples, incluindo todas as informações para todos os candidatos em todos os estados ou municípios. Após 2010, esse arquivo ainda está presente, mas também há arquivos por estado. Cada candidato deve relatar cada receita individual e cada despesa individual, o que significa que há múltiplas, algumas vezes milhares, de entradas para cada pessoa.

⁴ Uma versão dessa tabela em ambos os níveis de eleição foi criada, mas os resultados foram bastante similares. Testes de correlação indicam que não havia necessidade de realizar testes separados. Mesmo assim, esse foram realizados e os resultados foram os mesmos que são para a população total.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis dependentes por gênero e resultados

Candidatos não eleitos		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Pad.	Assimetria	Curtose
Homens	Despesas	46234	0,40	1.188.388,62	25.712,82	78.742,81	6,95	60,87
	Votos	46234	2,00	541.357,00	5.817,50	11.055,61	6,28	148,12
	USD/voto	46234	0,00	118,39	6,52	12,57	4,51	25,28
Mulheres	Despesas	13701	0,52	1.112.757,55	17.439,74	58.406,51	8,53	98,80
	Votos	13701	2,00	136.706,00	2.862,69	7.358,41	5,51	44,89
	USD/voto	13701	0,00	118,57	13,56	20,43	2,53	6,69
Candidatos eleitos								
Homens	Despesas	6412	79,28	1.187.253,88	186.348,37	217.304,88	2,04	4,14
	Votos	6412	123,00	2.450.141,00	62.516,29	71.657,99	12,67	319,69
	USD/voto	6412	0,01	68,01	3,93	5,06	4,48	32,98
Mulheres	Despesas	882	1.180,44	1.128.357,97	182.785,81	209.264,88	2,01	4,01
	Votos	882	1.144,00	2.060.786,00	58.154,03	92.765,45	13,69	265,55
	USD/voto	882	0,01	63,96	4,89	6,89	4,11	23,04

Fonte: o autor com os dados do Tribunal Superior Eleitoral– TSE. Dados financeiros em dólares americanos

O resultado mais relevante encontrado nessa seção é quanto é **gasto por voto**. Essa variável é a média das despesas de cada candidato dividida pelo número de votos recebidos.⁵ A criação dessa variável permite analisar os gastos por gênero num nível comparável individual. Então, podemos criticamente considerar a eficiência dos seus gastos ao considerar como outros fatores podem estar em jogo. Em resumo, isso equaliza os gastos de cada candidato, para análise. Se a nível de campanha, homens e mulheres são iguais, seus gastos deveriam ser relativamente os mesmos. No entanto, isso não é o que a Tabela 1 mostra.

A Tabela 2 mostra resultados descritivos para outras variáveis. Mulheres eram aproximadamente 21% dos candidatos em ambos os níveis, mas só conseguiram eleger cerca da metade desse percentual. Das mulheres eleitas, metade eram desafiantes e venceram sua primeira eleição. A outra metade retornou, ou seja, foram reeleitas ou mudaram de cargos estaduais para federais. Esse conjunto de dados não captura outras transições políticas.⁶ Mulheres não tinham um histórico político profissional tão alto e menos mulheres que homens eram casadas, algo consistente com outras pesquisas (GOMES, 2012; MURRAY, 2014).

Tabela 2 – Variáveis independentes

	Homens	%	Mulheres	%	Mulheres/Homens %
Eleição estadual	37.315	70,88	10.335	70,87	21,69
Eleição federal	15.331	29,12	4.248	29,13	21,70
Primeira eleição	42.292	80,33	12.998	89,13	23,51
Retorno	10.354	19,67	1.585	10,87	13,28
Solteiros	18.166	34,51	8.311	56,99	31,39
Casados	34.480	65,49	6.272	43,01	15,39
Todos os níveis de educação	25.392	48,23	7.094	48,65	21,84
Concluíram ensino superior	27.254	51,77	7.489	51,35	21,56
Todos os cargos	41.919	79,62	12.578	86,25	23,08
Políticos/funcionários públicos	10.727	20,38	2.005	13,75	15,75
Total	52.646	100	14.583	100	67.229

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral– TSE.

⁵ Um teste de correlação de Pearson foi realizado para testar a correlação entre as duas principais variáveis, despesas e votos. O resultado do coeficiente foi 0.732, com intervalo de confiança de 99%. Outras variações do teste, separando dados em grupos de mulheres, homens, por nível de eleição (federal/estadual) e resultado (eleito/não eleito) renderam resultados similares.

⁶ Dados municipais entre 2004-2016 mostram que as mulheres eram 23,10% dos candidatos a vereador, mas somente 10,80% dos candidatos eleitos. Para eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente), entre 2002-2018, mulheres eram 14,50% dos candidatos, incluindo candidatos titulares e suplentes, e eram 11,78% dos candidatos eleitos no primeiro turno. De todas as mulheres, 60,30% eram candidatas suplentes.

Duas variáveis consistentemente ligadas ao sucesso eleitoral são financiamento e experiência política. Essas estão, por si só, conectadas. Quanto mais experiência política, maior a probabilidade de receber dinheiro de fontes, seja do partido ou doador externo. Uma vez que o conjunto de dados não captura totalmente a experiência política através do movimento entre cargos políticos, cargo/profissão foi usado como uma aproximação. Essa variável consiste no emprego autorrelatado por cada candidato. Essa foi manipulada numa variável *dummy* separando todos os cargos daqueles que dariam aos candidatos capital político: eleitos ou indicados a cargos políticos e cargos de servidores públicos. Um procedimento de correlação entre essas duas variáveis produziu um valor qui-quadrado de 5468,169 (sig. ,000).

Os resultados qui-quadrados, na Tabela 3, mostram a relação entre gênero e essas variáveis. Nem níveis de eleição nem de educação tinha relação significativa, como esperado; cargos políticos perdem sua significância quando analisados somente para candidatos eleitos, demonstrando sua importância para uma eleição de sucesso.⁷

Tabela 3 – Resultados da tabulação cruzada entre gênero e variáveis independentes

	Testes quadrados	qui- df	Significância Assintótica (2 lados)
Eleição Estadual/Federal	,000	1	,983
Primeira eleição/reeleição	866,141	3	,000
Estado civil	2418,465	1	,000
Formação (ensino superior)	0,784	1	,376
Cargo político	326,672	1	,000

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

4 Resultados e discussão

Essa seção discute os resultados de testes estatísticos e mostra: 1) a importância geral do dinheiro nas eleições; 2) a importância do mandato; 3) a relevância do gênero para as eleições; e finalmente, 4) como todos esses fatores estão interligados. Essencialmente, os homens estão mais propensos a vencer eleições e obter financiamento de campanha (um cenário “o ovo ou a galinha”) e, conseqüentemente, são mais propensos a ser incumbentes que obtêm mais financiamento considerando sua experiência política e visibilidade.

A análise da regressão logística multinomial⁸ (Tabela 4) mostra que um aumento de 1 unidade nas despesas significa um **aumento de 7.5 nas chances** de vencer uma eleição e um **aumento de 17.04 nas chances** de vencer nas tentativas subsequentes de reeleição ou numa

⁷ Qui-quadrado: 5,069; sig. ,024.

⁸ Todos os resultados do modelo indiferenciado por gênero no Anexo.

mudança de deputado estadual para federal. **Ser homem aumenta as chances de eleição em 1.39 e as chances de reeleição em 1.98.** Ter ensino superior ou um cargo político, significa, respectivamente, um aumento de 1.14 e 1.23 nas chances de ser eleito na primeira tentativa. Quando se trata de uma vitória subsequente, respectivamente, cada um aumenta as chances de sucesso em 1.39 e 4.02, confirmado a importância da experiência para o sucesso político.

O efeito incumbente aumenta muito o financiamento e, por sua vez, a reeleição. Porém, as mulheres brasileiras são a minoria nessa posição, atingindo seu percentual mais alto (15%) na Câmara de Deputados em 2018. Usando um segundo modelo para verificar essa tendência, os dados foram reanalisados com uma variável combinada para gênero e cargo político. Esse modelo mostra que um cargo político aumenta as chances dos homens em 1.21, enquanto reduz as chances das mulheres de uma primeira vitória. Quando um terceiro modelo foi usado, separando homens e mulheres, mostrou que, somente entre mulheres, um cargo político é útil para uma eleição de sucesso. Quando se trata de reeleição, mulheres e homens querendo se manter no campo da política, respectivamente, veem um aumento nas chances de 2.15 e 3.95 (Modelo 2). Consequentemente, o dinheiro gasto por homens já no cargo parece ser mais efetivo, uma vez que seu tempo no cargo quase dobra suas chances de vencer, o que não acontece com as mulheres. O Modelo 3 mostra quão importante as despesas são para as mulheres; cada aumento de uma unidade na variável despesas significa um aumento das chances em 9.32 para uma primeira eleição e 22.44 para um retorno ao sistema político.⁹

Como demonstrado na Tabela 1, candidatos não eleitos gastam mais por voto, o que faria sentido considerando que esses têm menos votos. Porém, esses também têm menos fundos, aproximadamente R\$400.00 (U\$158.730) menos. Isso nos levaria a supor que o efeito do dinheiro é, na verdade, exponencial e ter menos dinheiro não significa uma redução proporcional nos votos em comparação com aqueles que têm mais dinheiro. Para visualizar esses resultados, uma ANOVA de uma via foi realizada (resultados completos no Anexo).¹⁰ O nível de estado não necessita mudar-se para Brasília (embora possa ser um trampolim para tal), mas vem com o poder e vantagens desse cargo. Porém, também vem com obstáculos similares, como mudança e viagem. Uma surpresa nessa verificação foi que políticos que retornaram ao sistema político em níveis diferentes dividiram as mesmas médias nos grupos de gênero, ou seja, políticos no nível federal precisam gastar o mesmo por voto a nível de estado para garantir suas cadeiras. Para ser claro, mulheres ainda gastam mais que os homens em ambos os casos.

⁹ Homens, respectivamente, têm um cociente de chances de 6.78 e 15.04.

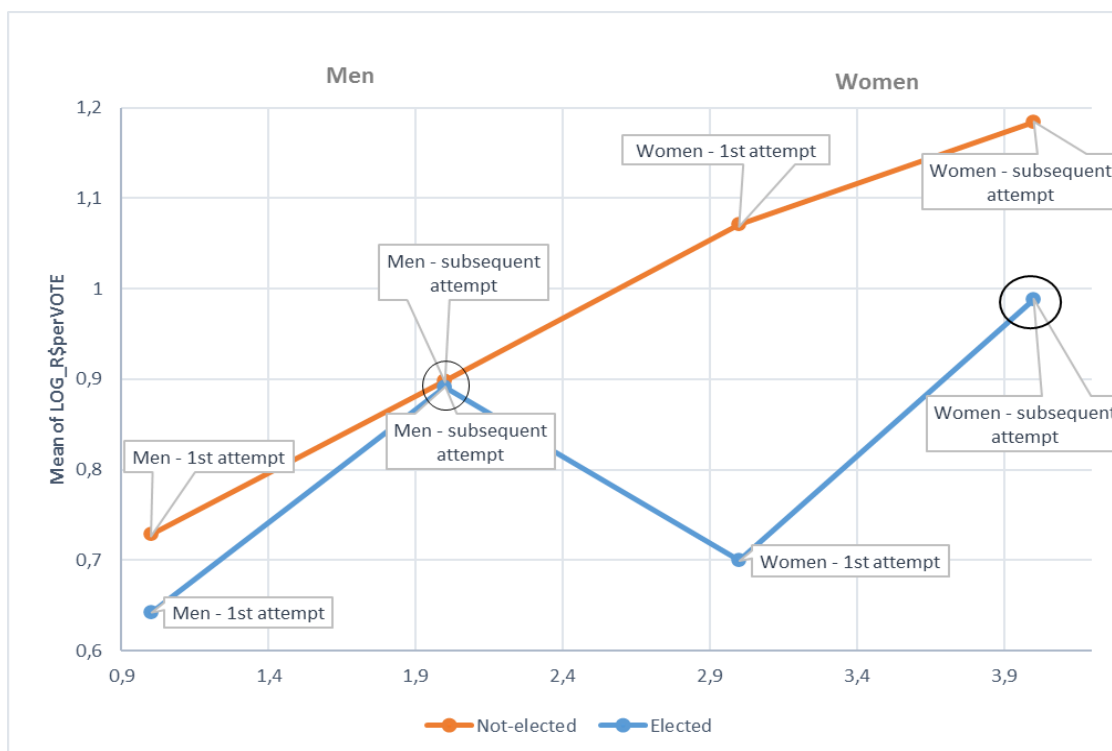
¹⁰ Dividindo os resultados por níveis estaduais e federais não mostrou diferença.

Tabela 4 – Modelos de regressão logística multinomial– vencer na 1ª tentativa e tentativas subsequentes

		Modelo 1 (indiferenciado por gênero)				Modelo 2 (Cargo político*gênero)				Modelo 3 (Somente mulheres)			
		β	S.E.	Exp(β)	Sig.	β	S.E.	Exp(β)	Sig.	β	S.E.	Exp(β)	Sig.
Vencer na 1ª tentativa	Despesas	2,015	0,029	7,498	0,000	2,014	0,145	7,494	0,000	2,232	0,077	9,323	0,000
	Gênero (homens como ref.)	0,331	0,051	1,393	0,000	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cargo político	0,206	0,04	1,229	0,001	-	-	-	-	0,265	0,109	1,304	0,014
	Homens*cargo político	-	-	-	-	0,189	0,093	1,208	0,000	-	-	-	-
	Mulheres*cargo político	-	-	-	-	-0,054	0,043	0,948	0,562	-	-	-	-
	Ensino Superior	0,132	0,039	1,141	0,000	0,131	0,039	1,14	0,001	0,195	0,111	1,216	0,079
Retorno	Despesas	2,836	0,041	17,043	0,000	2,835	0,041	17,026	0,000	3,111	0,131	22,439	0,000
	Gênero (homens com ref.)	0,684	0,069	1,982	0,000	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cargo político	1,391	0,044	4,019	0,000	-	-	-	-	1,500	0,134	4,483	0,000
	Homens*cargo político	-	-	-	-	1,374	0,047	3,950	0,000	-	-	-	-
	Mulheres* cargo político	-	-	-	-	0,766	0,095	2,151	0,000	-	-	-	-
	Ensino Superior	0,327	0,049	1,387	0,000	0,326	0,049	1,385	0,000	0,214	0,163	1,239	0,189

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Gráfico 1 – Média de ANOVA de uma via, R\$/Voto, por gênero e resultado das eleições



Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

O gráfico mostrou as médias da versão registrada de R\$ por voto gastos pelos seguintes grupos: homens não eleitos e mulheres na sua primeira tentativa de eleição e todas as suas tentativas subsequentes; homens e mulheres eleitos na sua primeira tentativa de eleição e todas as suas tentativas subsequentes. A variável tentativas é um *dummy* para a primeira tentativa e tentativas subsequentes. O gráfico ajuda-nos a visualizar determinadas coisas. A primeira é que mulheres sempre gastam mais por voto que os homens no mesmo grupo. Segundo, mulheres que perderam gastaram mais por voto que todos os grupos.¹¹ Terceiro, mulheres que foram eleitas na sua primeira tentativa gastaram mais que seus colegas. Isso é o mais próximo que homens e mulheres chegaram uns dos outros, significando que essa diferença não é estatisticamente significativa (Tabela 5). Um aspecto interessante do gráfico é que as mulheres que já estão no cargo têm uma distância maior dos seus colegas masculinos. Isso significa que mesmo que essas possam fazer uso do seu capital político, **mulheres na política ainda precisam gastar mais** para garantir uma vitória e não são favorecidas por um efeito incumbente.

Mulheres perdedoras são o alvo ao considerar candidaturas fraudulentas para preencher as cotas. Uma análise nessa linha se beneficiaria de dar uma olhada mais próxima em quanto dinheiro as mulheres que perderam alegam ter gastado e quantos votos essas ganharam devido à expectativa

¹¹ Uma versão dessa tabela para ambos os níveis de eleição foi criada, mas os resultados são bastante similares. Testes de correlação indicaram que não havia necessidade de realizar testes separados. Mesmo assim, esses foram realizados e os resultados foram os mesmos que os da população total.

de que candidaturas fraudulentas recebem nada ou são uma frente para dinheiro que passa sem nenhuma campanha ser realizada. Em comparação, homens que venceram e homens que perderam estão bem próximos nos seus primeiros e subsequentes grupos, indicando uma similaridade maior entre esses em quanto foi gasto por voto. Em outras palavras, suas campanhas foram proporcionais ao dinheiro que tinham, enquanto as das mulheres não foram. As campanhas das mulheres tiveram menos votos que seria esperado considerando quanto dinheiro essas tinham em todas as categorias, mas especialmente nas categorias perdedoras. A Tabela 6 mostra que, em geral, os grupos de homens e mulheres perdedores tinham valores similares de financiamento, especialmente homens e mulheres que perderam sua tentativa subsequente. Seu número de votos e mais, USD/voto, é amplamente diferente, próximo a 50%.

Tabela 5 –ANOVA de uma via – Múltiplas comparações com o resultado *status de desafiante* das mulheres

	Gênero	Resultado de status*de	Diferença Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Mulheres – 1ª eleição/vitória	Homens	1ª eleição/derrota	-0,02879	0,02833	0,972
		Eleição subsequente/derrota	-0,1985*	0,02917	0,000
		1ª eleição/vitória	0,05725	0,03032	0,559
		Eleição subsequente/vitória	-0,19206*	0,03062	0,000
	Mulheres	1ª eleição/derrota	-0,37139*	0,02875	0,000
		Eleição subsequente/derrota	-0,48513*	0,03376	0,000
Mulheres – eleição/vitória subsequente	Homens	1ª eleição/derrota	0,25964*	0,0368	0,000
		Eleição subsequente/derrota	0,08993	0,03745	0,240
		1ª eleição/vitória	0,34568*	0,03836	0,000
		Eleição subsequente/vitória	0,09637	0,03859	0,196
	Mulheres	1ª eleição/derrota	-0,08297	0,03712	0,331
		Eleição subsequente/derrota	-0,19671*	0,04113	0,000
		1ª eleição/vitória	0,28843*	0,04619	0,000

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Em geral, reeleições são extremamente caras, o que pode explicar as taxas de renovação no Brasil.¹² Mas mesmo se os homens encontram-se levantando o dobro de fundos para poucos votos a mais, significando que o status do seu mandato ajudou com esses fundos, mas não tanto como visibilidade, as mulheres devem levantar muito mais dinheiro para obter menos votos que obtiveram na sua primeira eleição. Como é mais difícil para a maioria das mulheres levantar tanto dinheiro quanto os homens, sua probabilidade de reeleição é muito menor, e, assim, dinheiro e gênero se tornam interligados.

Mais importante, junto com a estatística de assimetria e de curtose apresentada na Tabela 1, o dinheiro é mais relevante para mulheres e menos mulheres têm o suficiente, enquanto é mais bem distribuído entre os homens. Dessa maneira, o financiamento é uma maneira possível de compensar o gênero, uma vez que ter mais dele quase garante uma eleição – mas como outros recursos na sociedade brasileira, é visivelmente irregularmente distribuído, particularmente entre mulheres. Enquanto mulheres eleitas são mais similares a homens eleitos do que de outras mulheres, elas ficam atrás em financiamento e votos, significando um gasto maior por voto, ou seja, seus fundos são gastos de maneira menos eficiente.

Uma clara lacuna de gênero no financiamento de campanha existe e é demonstrado pelo financiamento de campanha, em geral, mal distribuído entre homens, que ganham mais, e mulheres, que ganham menos, e uma má distribuição entre as próprias mulheres, com uma elite de poucas que obtêm maior financiamento (embora possa ser afirmado que se fosse possível distribuir igualmente esses fundos, menos mulheres seriam eleitas). Fora dessa elite e fora de candidatos legítimos, há dúvidas relativas ao número real de candidaturas de mulheres e quanto dinheiro realmente é destinado a elas. Considerando o sistema atual, as mulheres essencialmente precisam de mais dinheiro para compensar um sistema eleitoral que força campanhas individualistas e altamente visíveis e que beneficia pessoas que já têm a influência, as conexões, o status, os fundos pessoais e o reconhecimento do “animal político”.

¹² Taxas de renovação para a Câmara de Deputados foram em 2006, 2010, 2014 e 2018, respectivamente: 46.0%, 46.4%, 43.7% e 47.37%.

Tabela 6 – Estatística descritiva das principais variáveis por gênero, status de desafiante e resultado da eleição

	Despesas (média, em USD)	Votos (média)	USD/voto (média)
Homens – 1ª eleição/derrota	19.010,50	4.887,59	6,39
Mulheres - 1ª eleição/derrota	13.433,19	2.360,51	13,54
Homens – eleição subsequente/derrota	61.124,49	10.730,70	7,23
Mulheres – eleição subsequente/derrota	57.068,92	7.829,74	13,79
Homens – 1ª eleição/vitória	138.351,78	58.786,48	3,26
Mulheres - 1ª eleição/vitória	146.560,94	58.631,58	4,18
Homens – eleição subsequente/vitória	241.073,46	66.768,97	4,69
Mulheres - eleição subsequente/vitória	244.268,39	57.343,51	6,10

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

5 Conclusão

Esse trabalho tem como objetivo explorar as diferenças de gênero nos gastos de campanha nos níveis eleitorais federais e estaduais no Brasil. Para fazê-lo, uma nova avaliação foi criada, permitindo a análise da eficiência nos gastos de campanha – embora simples, dividir o valor gasto pelos votos obtidos nos permite comparar candidatos mais claramente. Também compilei um grande conjunto de dados primários, em vez de focar em uma ou duas eleições, o que permitiu um uso original dos dados. Apesar de haver uma indicação anterior de uma lacuna de gênero no financiamento de campanha no Brasil, havia uma carência de pesquisa sobre o assunto, particularmente pesquisa que envolvesse múltiplas eleições e que poderia oferecer respostas definitivas. Os dados apresentados aqui mostram que não apenas as mulheres recebem menos financiamento, mas que esse também é mal distribuído em comparação com os homens, e não é suficiente para superar a lacuna de gênero na política, uma vez que as mulheres recebem menos votos e, conseqüentemente, gastam mais por voto que os homens – a variação máxima sendo a diferença entre homens que venceram sua primeira tentativa de eleição (USD/voto 3,26) e mulheres que perderam sua tentativa subsequente (USD/voto 13,79), uma diferença de 76,36%. Entre homens e mulheres eleitos, a diferença é de aproximadamente 22% para ambos os grupos, ou seja, mulheres gastam 22% mais por voto que os homens no seu caminho para a eleição. Os dados também mostraram que os homens são duas vezes mais propensos a serem reeleitos que as mulheres, apesar da literatura em geral afirmar o poder de incumbentes. Ao controlar gênero e cargo político, ter experiência política parece prejudicar mulheres concorrendo pela primeira vez.

Quando se trata de corrupção, não quero super ou subestimar sua presença nas campanhas

eleitorais brasileiras e a confiabilidade dos dados. Considerando que candidatos vencedores tendem a seguir previsões, incluindo relativas a quanto receberam nas doações de campanha, os valores relatados são corretos o suficiente para permitir sua análise.

O Brasil é um país de muitas contradições; uma delas é o uso de representação proporcional com um sistema de lista aberta. Igualdade de gênero no Brasil está em escala ideológica (ARAÚJO, 2005; GOMES, 2016; 2019), mas que significa principalmente uma peça retórica do problema. Alguns partidos de esquerda têm cotas internas ou cumprem com a cota eleitoral, mas não causam um impacto geral ou mostraram aplicar seus pontos de vista quando se trata de gastos. O conjunto de dados inclui uma variável que divide partidos entre esquerda e direita, e não demonstrou nenhum efeito.

O que causa impacto é a probabilidade de vencer e a autonomia eleitoral (GOMES, 2019). As eleições no Brasil estabelecem uma linha extremamente competitiva e nada competitiva, em que candidatos com mais alto nível de financiamento têm a “real” competição e os outros candidatos fazem o trabalho pesado de obter votos para o partido, enquanto esperam obter votos para si mesmos. Nesse contexto, há muito espaço para partidos promoverem mulheres, considerando que, historicamente, essas não constituem parte do alto nível das eleições. Até aqui, os partidos não tiveram necessidade ou desejo de mudar seus comportamentos e têm muito poucas diferenças no espectro ideológico. Os custos da eleição continuam a aumentar e novas estratégias como campanhas coletivas e uso de mídia social tiveram apenas sucesso informais.

Mais importante, em função do sistema de lista aberta, os partidos “se safam” dessa – a falta de mandatos de posição e a relativa opacidade do sistema de apoio oferecido a candidatos proporcionais significa que esses, frequentemente, afirmam apoiar todos igualmente com o pouco que têm ou contam com rígida meritocracia. Por outro lado, não fazem esforço para ter menos candidatos e fazer campanha como uma unidade. Uma vez que a regra de cota de gênero tem pouca aplicabilidade, os partidos também não sentem a necessidade de cumprimento. Quaisquer esforços para fazê-lo só demonstrou um aumento nas candidaturas de mulheres com zero votos ou próximos a zero (GOMES, 2012; WYLIE et al., 2019).¹³ Considerando as evidências apresentadas aqui, no entanto, a presença de candidaturas de cota fraudulentas, também conhecidas como candidatas-laranja, não deveria se voltar apenas para o número de votos, considerando que a maioria das candidaturas brasileiras tem muito pouco votos. O acréscimo dos relatórios de financiamento de campanha pode ser útil para determinar se essas candidaturas eram realmente legítimas. Um aspecto

¹³ Embora haja somente poucos estudos científicos sobre candidaturas fraudulentas, essas frequentemente são notícia, especialmente devido aos escândalos de 2018. Alguns exemplos:
<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/politica/mulheres-na-politica-pf-e-mpsc-investigam-candidaturas-laranjas-e-ficticias/>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/justica-eleitoral-determina-que-candidata-laranja-do-psl-em-pe-devolva-r-380-mil.shtml>
<https://www.conjur.com.br/2019-set-18/uso-candidaturas-laranja-leva-cassacao-chapa-decide-tse>

relevante dessas investigações é a cumplicidade de candidatos, que podem aceitar ou não aceitar o papel de “bodes expiatórios”, para o bem dos partidos ou porque lhes foi prometido apoio nas eleições futuras.

Finalmente, é essencial destacar que somente em 2014 o Tribunal Superior Eleitoral começou a pedir aos candidatos para relatar sua raça. Espera-se que em análises futuras a incorporação dessa variável mostre resultados mais sutis sobre os obstáculos enfrentados pelos indígenas e candidatos negros, especialmente por que, desde 2020, candidatos negros também se beneficiarão de regras especiais de financiamento.¹⁴

Referências

- ALLEN, Peter; CUTTS, David. An Analysis of Political Ambition in Britain. **The Political Quarterly**, v. 89, n. 1, p. 73–81, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-923X.12457>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- ALMEIDA, Helga; GOMES, Larissa Peixoto. Mais exóticos que jabuticabas? Os sistemas eleitorais brasileiros. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando C.; AGRA, Walber de Moura; **et al** (Orgs.). **Direito constitucional eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2018. (Tratado de direito eleitoral, 1).
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 895–939, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582008000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 maio 2020.
- ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n. 1, p. 0–0, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582001000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2018.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193–215, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 jan. 2016.
- ARAÚJO, Clara. **Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?** s/e, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/por_que_as_mulheres_ainda_c.pdf. Acesso em: 01 set. 2019.
- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567–584, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2010000200016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2018.
- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582007000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 26 jul. 2019.
- ASHE, Jeanette; CAMPBELL, Rosie; CHILDS, Sarah; **et al**. ‘Stand by your man’: Women’s

¹⁴ <https://www.conjur.com.br/2020-set-10/lewandowski-determina-aplicacao-cotas-negros-nestas-eleicoes>

political recruitment at the 2010 UK general election. **British Politics**, v. 5, n. 4, p. 455–480, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/bp.2010.17>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BJARNEGÅRD, Elin; KENNY, Meryl. Revealing the “Secret Garden”: The Informal Dimensions of Political Recruitment. **Politics & Gender**, v. 11, n. 04, p. 748–753, 2015. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X15000471. Acesso em: 21 abr. 2016.

BLIGH, Michelle C.; SCHLEHOFER, Michèle M.; CASAD, Bettina J.; et al. Competent Enough, But Would You Vote for Her? Gender Stereotypes and Media Influences on Perceptions of Women Politicians. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 42, n. 3, p. 560–597, 2012. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1559-1816.2011.00781.x>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BUCKLEY, Fiona; GREGORY, Rachel. Gendering candidate selection in Ireland: Incentivizing parties through state funding. In: MURIAAS, Ragnhild L.; WANG, Vibeke; MURRAY, Rainbow (Orgs.). **Gendered electoral financing: money, power and representation in comparative perspective**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020. (Gender and comparative politics, 6).

CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 319–351, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762008000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 maio 2020.

CASAS-ZAMORA, Dr Kevin. **Political finance and State funding systems: An overview**. s/e, 2008. Disponível em: https://ifes.org/sites/default/files/politicalfinanceandstatefundingsystems_english_0.pdf. Acesso em: 02 mai. 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 106–136, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762011000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 17 fev. 2018.

CHAPPELL, Louise; MACKAY, Fiona. What’s in a name? Mapping the terrain of informal institutions and gender politics. In: WAYLEN, Georgina (Org.). **Gender and informal institutions**. London: Rowman & Littlefield International, 2017. (Feminist institutionalist perspectives).

DOVI, Suzanne. Misogyny and transformations. **European Journal of Politics and Gender**, v. 1, n. 1, p. 131–147, 2018. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/10.1332/251510818X15272520831111>. Acesso em: 22 maio 2020.

DUROSE, C.; RICHARDSON, L.; COMBS, R.; et al. “Acceptable Difference”: Diversity, Representation and Pathways to UK Politics. **Parliamentary Affairs**, v. 66, n. 2, p. 246–267, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/pa/article-lookup/doi/10.1093/pa/gss085>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FOLKE, Olle; FREIDENVALL, Lenita; RICKNE, Johanna. Gender Quotas and Ethnic Minority Representation: Swedish Evidence from a Longitudinal Mixed Methods Study. **Politics & Gender**, v. 11, n. 02, p. 345–381, 2015. Disponível em: http://journals.cambridge.org/article_S1743923X15000069. Acesso em: 30 set. 2015.

FOLKE, Olle; RICKNE, Johanna. Electoral Competition and Gender Differences in Political Careers. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 59–102, 2016. Disponível em: <http://www.nowpublishers.com/article/Details/QJPS-14161>. Acesso em: 22 maio 2016.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. To Run or Not to Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 642–659, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3647737>. Acesso em: 19 maio 2020.

GOMES, Larissa Peixoto. Elegendo mulheres - ideologia partidária, feminismo e inclusão de

mulheres na política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45321>. Acesso em: 26 jul. 2019.

GOMES, Larissa Peixoto. The impact of political trajectories on voting: a study of female candidates for a state legislature in Brazil. **Politikon: IAPSS Journal of Political Science**, v. 28, p. 5–26, 2015. Disponível em: http://www.iapss.org/wp-content/uploads/2014/10/5_pdfsam_Politikon-Volume-28-December-2015.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

GOMES, Larissa Peixoto Vale. **A presença feminina nos espaços legislativos: um estudo das eleições de 2010 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado [manuscrito]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9AXGJ5>. Acesso em: 26 jul. 2019.

GOULART, Tatiana; GOMES, Larissa Peixoto. Gender Differences in Local Executives: Public Policy and Intergovernmental Transfers in a Brazilian state = Diferencias de género en los ejecutivos locales: políticas públicas y transferencias intergubernamentales en un estado brasileño. **FEMERIS: Revista Multidisciplinar de Estudios de Género**, v. 3, n. 2, p. 9, 2018. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/FEMERIS/article/view/4318>. Acesso em: 26 jul. 2019.

HAWKESWORTH, Mary. Engendering Political Science: An Immodest Proposal. **Politics & Gender**, v. 1, n. 1, p. 141–156, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/engendering-political-science-an-immodest-proposal/1A1129C844DD439DF3BA38AEFC924429>. Acesso em: 21 out. 2017.

INTERNATIONAL IDEA. **Funding of political parties and election campaigns: a handbook on political finance**. Stockholm: International IDEA, 2014.

KENNY, Meryl. Gender and institutions of political recruitment: candidate selection in post-devolution Scotland. In: MACKAY, Fiona; KROOK, Mona Lena (Orgs.). **Gender, politics and institutions: towards a feminist institutionalism**. Basingstoke ; New York: Palgrave Macmillan, 2011. (Gender and politics).

KENNY, Meryl; MACKAY, Fiona. Gender and Devolution in Spain and the United Kingdom. **Politics & Gender**, v. 7, n. 02, p. 280–286, 2011. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X11000122. Acesso em: 27 abr. 2016.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65–81, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 maio 2018.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; SILVA, Josimar Gonçalves da. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 247–272, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200247&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2018.

LAWLESS, Jennifer L; FOX, Richard Logan; LAWLESS, Jennifer L. **It still takes a candidate - why women don't run for office**. New York: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&AN=331360>. Acesso em: 19 maio 2020.

LAWLESS, Jennifer L.; PEARSON, Kathryn. The Primary Reason for Women's Underrepresentation? Reevaluating the Conventional Wisdom. **The Journal of Politics**, v. 70, n. 1, p. 67–82, 2008. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1017/S002238160708005X>. Acesso em: 19 maio 2020.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

62762003000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 3 set. 2015.

LOVENDUSKI, Joni. Gendering Research in Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 333–356, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.333>. Acesso em: 21 out. 2017.

MACKAY, Fiona. Nested Newness, Institutional Innovation, and the Gendered Limits of Change. **Politics & Gender**, v. 10, n. 04, p. 549–571, 2014. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X14000415. Acesso em: 15 abr. 2016.

MARIANI, Mack D. A Gendered Pipeline? The Advancement of State Legislators to Congress in Five States. **Politics & Gender**, v. 4, n. 02, 2008. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X08000196. Acesso em: 30 jul. 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200003>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MURIAAS, Ragnhild L.; WANG, Vibeke; MURRAY, Rainbow (Orgs.). **Gendered electoral financing: money, power and representation in comparative perspective**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020. (Gender and comparative politics, 6).

MURRAY, Rainbow. Linear Trajectories or Vicious Circles? The Causes and Consequences of Gendered Career Paths in the National Assembly. **Modern & Contemporary France**, v. 18, n. 4, p. 445–459, 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639489.2010.516517>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MURRAY, Rainbow. What Makes a Good Politician? Reassessing the Criteria Used for Political Recruitment. **Politics & Gender**, v. 11, n. 04, p. 770–776, 2015. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X15000513. Acesso em: 8 fev. 2017.

NELSON, Barbara J. Women and Knowledge in Political Science: **Women & Politics**, v. 9, n. 2, p. 1–25, 1989. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J014v09n02_01. Acesso em: 21 out. 2017.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 jan. 2016.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament**. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 1995.

ÖHMAN, Magnus. **Political finance regulations around the world: an overview of the International IDEA database**. Stockholm: IDEA, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2012.

PRENTICE, Deborah; CARRANZA, Erica. What women and men should be, shouldn't be, are allowed to be, and don't have to be: the contents of prescriptive gender stereotypes. **Psychology of Women Quarterly**, n. 26, p. 269–281, 2006.

PUWAR, Nirmal. **Space invaders: race, gender and bodies out of place**. Oxford : New York: Berg, 2004.

SAFFIOTTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, 2009. Disponível em: http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf.

SAMUELS, David. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481–497, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/440417>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SAMUELS, David. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 63, n. 2, p. 569–584, 2001b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2691765>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SAMUELS, David. Money, Elections, and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001a. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3176970>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SCARROW, Susan E. Political Finance in Comparative Perspective. **Annual Review of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 193–210, 2007. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.10.080505.100115>. Acesso em: 26 dez. 2015.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 57–75, 2018. Disponível em: <http://larlarsa.org/articles/10.25222/larr.398/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212014000100002&lng=en&tlng=en. Acesso em: 17 fev. 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O financiamento político nas eleições brasileiras de 2010: Um panorama geral. In: **35º Encontro da Anpocs**. Caxambu, 7 a 11 de outubro de 2011: [s.n.], 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/7244671/Bruno_Wilhelm_Speck_and_Wagner_Pralon_Mancuso_O_financiamento_pol%C3%ADtico_nas_elei%C3%A7%C3%B5es_brasileiras_Um_panorama_geral. Acesso em: 2 jan. 2020.

SPECK, Bruno Wilhelm; MARCIANO, João Luiz Pereira. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. **Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002907750>. Acesso em: 23 maio 2020.

TOLLESON-RINEHART, Sue; CARROLL, Susan J. "Far from ideal: " the gender politics of political science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 507–513, 2006. Disponível em: <https://uncch.pure.elsevier.com/en/publications/far-from-ideal-the-gender-politics-of-political-science>. Acesso em: 21 out. 2017.

WAYLEN, Georgina. Engendering the 'Crisis of Democracy': Institutions, Representation and Participation. **Government and Opposition**, v. 50, n. 3, p. 495–520, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/div-classtitleengendering-the-crisis-of-democracy-institutions-representation-and-participationdiv/8E1D0CC54D0E5BCBA87CF772DD5B71C2>. Acesso em: 21 out. 2017.

WAYLEN, Georgina (Org.). **Gender and informal institutions**. London: Rowman & Littlefield International, 2017. (Feminist institutionalist perspectives).

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos; MARCELINO, Daniel. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 1–28, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100001&tlng=en. Acesso em: 26 dez. 2019

Anexo

Estatística descritiva das variáveis dependentes de gênero e resultados – em R\$

		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Pad.	Assimetria	Curtose
Candidatos não eleitos								
Homens	Despesas	46234	1,00	2.997.920,00	64.865,12	198.642,63	6,947	60,867
	Votos	46234	2	541.357	5.817,50	11.055,61	6,281	148,124
	R\$/voto	46234	,00	298,65	16,46	31,72	4,506	25,279
Mulheres	Despesas	13701	1,30	2.807.127,28	43.994,8320	147.340,73	8,531	98,804
	Votos	13701	2	136706	2.862,69	7.358,41	5,512	44,895
	R\$/voto	13701	,00	299,12	34,21	51,54	2,526	6,688
Candidatos eleitos								
Homens	Despesas	6412	200,00	2.995.057,44	470.096,66	548.189,92	2,039	4,139
	Votos	6412	123	2.450.141	62.516,29	71.657,99	12,673	319,690
	R\$/voto	6412	,02	171,58	9,90	12,75	4,480	32,981
Mulheres	Despesas	882	2977,87	2.846.482,11	461.109,47	527.907,58	2,008	4,005
	Votos	882	1144	2.060.786	58.154,03	92.765,45	13,695	265,549
	R\$/voto	882	,03	161,36	12,34	17,38	4,113	23,038

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Dados financeiros em R\$.

Descritivas de Uma Via

R\$/Votos (log)

	N	Média	Desvio Pad.	Erro Pad.	95% Intervalo de Confiança para a Média		Mínimo	Máximo	Between-Component Variance
					Limite Inferior	Limite Superior			
Homens – 1ª eleição/derrota	38876	,7281	,68824	,00349	,7213	,7350	-3,56	2,48	
Homens – eleição subsequente/derrota	7358	,8978	,60096	,00701	,8841	,9116	-2,77	2,47	
Homens – 1ª eleição/vitória	3416	,6421	,50438	,00863	,6252	,6590	-1,58	2,33	
Homens – eleição subsequente/vitória	2996	,8914	,40802	,00745	,8768	,9060	-1,81	2,40	
Mulheres - 1ª eleição/derrota	12443	1,0707	,71550	,00641	1,0581	1,0833	-2,77	2,48	
Mulheres – eleição subsequente/derrota	1258	1,1845	,61300	,01728	1,1506	1,2184	-1,64	2,47	
Mulheres – 1ª eleição/vitória	555	,6993	,56633	,02404	,6521	,7465	-1,55	2,21	
Mulheres – eleição subsequente/vitória	327	,9878	,40998	,02267	,9432	1,0324	-,26	2,19	
Total	67229	,8226	,67878	,00262	,8174	,8277	-3,56	2,48	
Modelo			Efeitos Fixos	,66260	,00256	,8176	,8276		
			Efeitos Aleatórios		,11675	,5465	1,0986		,03533

Fonte: o autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Teste de Homogeneidade de Variantes					
		Estatística Levene	df1	df2	Sig.
R\$/Votos (log)	Baseados na Média	219,025	7	67221	,000
	Baseados na Mediana	217,372	7	67221	,000
	Baseados na Mediana e com df ajustado	217,372	7	64749,680	,000
	Baseados na média aparada	217,936	7	67221	,000

ANOVA					
R\$/Votos (log)					
	Soma dos Quadrados	df	Média Quadrática	F	Sig.
Entre Grupos	1462,288	7	208,898	475,804	,000
Nos Grupos	29512,899	67221	,439		
Total	30975,187	67228			

Testes Robustos da Igualdade de Médias				
R\$/Votos (log)				
	Estatistic a^a	df1	df2	Sig.
Welch	482,962	7	3382,496	,000
Brown-Forsythe	666,738	7	11154,797	,000

a. Assintoticamente F distribuído.

Artigo recebido em: 2020-08-05

Artigo rerepresentado em: 2020-09-26

Artigo aceito em: 2020-09-28